

«Ainda há muito “chico-espertismo” no sistema fiscal»

Em 2007 a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas fez mais de uma centena de denúncias à PJe ao MP por fraude e evasão fiscais, que contabilizaram cerca de € 10 milhões. Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, e Marcelo Castro, do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, comentam

ANA CLARA

DEZ milhões de euros. Foi este o valor contabilizado, no ano passado pela Câmara de Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), e que respeita às 122 denúncias feitas por esta entidade ao Ministério Público e à Polícia Judiciária. A grande parte das queixas está relacionada com fraudes ao nível do IVA.

Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, e **Marcelo Castro** da direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) comentam a «O DIABO» estes números e a contínua prática de irregularidades que se continuam a cometer nesta matéria.

«Não se deve diabolizar este ou aquele sector de actividade»

Domingues de Azevedo, da CTOC, salienta que o combate à evasão e fraude fiscais «é um dever, não só dos profissionais que lidam com as temáticas da fiscalidade», mas «fun-

damentalmente de todos os cidadãos que vivem integrados numa sociedade organizada».

«No caso concreto dos Técnicos Oficiais de Contas, no seguimento do interesse público reconhecido ao exercício da profissão e no cumprimento das disposições constantes do artigo 58.º do Estatuto da CTOC, estes profissionais, quando conhecedores de situações de incumprimento ou outros factos que revelem comportamentos no domínio das temáticas profissionais que lesem o interesse da comunidade, e possam ser considerados crimes públicos, devem, através da sua Câmara, denunciar ao Ministério Público as situações detetadas», explica. Além disso, esclarece que os casos conhecidos, «se efectuada a sua projecção para o universo nacional, são de molde a deixarem-nos preocupados, evidenciando uma necessidade muito acentuada de cultivar deveres de cidadania».

Sobre as áreas em que são cometidas mais ilegalidades, **Domingues de Azevedo** considera que «não se deve diabolizar este ou aquele sector de actividade, pois em todos haverá contribuintes cumpridores e incumpridores». «O que existe são sectores

de actividade, que pela sua natureza e “modus operandi”, propiciam em maior ou menor grau práticas que conduzem ao incumprimento das obrigações tributárias», sublinha, lembrando que «é o caso da construção civil e da restauração, em casos relacionados com o IVA».

«A construção civil, uma vez que na maioria dos casos tem como adquirente o consumidor final, reúne as condições ideais para provocar a fuga ao IVA, pois quebra-se aí o interesse sucessivo inerente ao direito à dedução; a restauração, porque tem como consumidor final um universo indefinido de utentes, e atendendo a que nem a todos a factura interessa, constitui um excelente meio para prosperarem teses de facilitismo», acrescenta. Contudo, sustenta que «daí até à não facturação dos respectivos serviços é um passo, provocando, por essa via, a fraude ao IVA e ao IRS».

De qualquer forma, realça que «em vez de estigmatizarmos sectores de actividade, será muito mais importante e eficaz analisarmos as situações que propiciam o incumprimento e introduzir as necessárias alterações, com vista a criar condições que não propiciem a fuga ao cumprimento das obrigações tributárias de empresas e cidadãos».

O presidente da CTOC refere que «o meio através do qual os cidadãos participam na manutenção das despesas da sociedade em que se inserem, é uma realidade relativamente nova». «Uma realidade das novas sociedades em que o Estado, para cumprir a sua missão de gestor social, vê-se confrontado com novos factos em que tem que intervir, propiciando por essa via

melhores condições de vida aos seus cidadãos», explica.

Além disso, recorda que «nos países em que, pelas mais diversas razões aquela intervenção se verifica há mais tempo, os cidadãos têm vindo a aprofundar e desenvolver valores de natureza ética e social. O mesmo é dizer que têm já enraizados valores de cidadania responsáveis pelo cumprimento dos seus deveres sociais».

E frisa: «em Portugal ainda existem enormes resistências à implementação daqueles valores, pautando-se muitos dos nossos hábitos por uma espécie de “chico-espertismo”, em que o individualismo se sobrepõe ao colectivo».

Domingues de Azevedo sustenta ainda que «com uma Administração Fiscal forte e actuante — e diga-se em abono da verdade, em alguns casos excessiva —, hoje a melhor defesa que qualquer contribuinte pode ter no que se refere ao sistema fiscal, passa pelo cumprimento da lei». E lembra que «enquanto não tivermos a capacidade de montar sistemas que penalizem exemplarmente os prevaricadores, muito dificilmente criaremos, com carácter imperativo, condições que desmobilizem comportamentos de evasão e fuga».

«A CTOC não é a Administração Fiscal»

Sobre o papel que a CTOC tem em ajudar a resolver estas ilegalidades, o responsável diz que «a CTOC não é a Administração Fiscal», por isso, «não lhe compete, pelo menos de forma vocacional, a preocupação, análise



«Com uma AF forte e actuante, hoje, a melhor defesa que qualquer contribuinte pode ter no que se refere ao sistema fiscal, passa pelo cumprimento da lei», diz Domingues de Azevedo

e resolução de problemas que dizem respeito ao Fisco».

«Como instituição de regulação profissional, executando uma missão com autoridade delegada pelo legislador, atendendo à proximidade da profissão com as questões de natureza fiscal, evidentemente que a Câmara tem a faculdade de conhecer em primeira-mão as situações de incumprimento. Mas isso não lhe confere a missão da sua resolução, mas apenas da sua denúncia», conclui.

Marcelo Castro, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos

«A fraude e evasão fiscais continuam a abundar pelo nosso País»

MARCELO Castro, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), começa por referir que, até há pouco tempo, «existia um pouco a ideia de que se não se pagasse os impostos mais tarde ou mais cedo existiria um perdão fiscal». Mas realça que «esta mentalidade tem vindo a desaparecer com a acção dos trabalhadores dos impostos».

«Não podemos facilitar neste aspecto, enquanto funcionários dos impostos temos a noção de que cobrar coercivamente a quem não quer pagar é um acto de justiça perante quem paga os seus impostos a tempo e horas», garante.

E acrescenta que «se começa a defender a hipótese de um desagravamen-

to fiscal face ao bom comportamento das contas públicas que registaram um défice inferior ao esperado em 2007». Tal situação «deve-se em boa parte, como foi tornado público, ao excelente desempenho dos trabalhadores dos impostos, cuja fantástica produtividade permitiu a melhoria do défice. É um esforço com o qual nos batemos todos os dias, sabemos que se quem foge e evade começar a pagar, todos os outros poderão vir a pagar menos. Temos a noção que não é um trabalho simpático, sobretudo para quem não cumpre!».

Sobre as 122 denúncias relativas a evasão e fraude fiscais recebidas pela CTOC no ano passado, **Marcelo Castro** diz que tal número «é muito preocupantes mesmo. Até porque

temos a noção que são a ponta de um icebergue. A fraude e a evasão fiscal continuam a abundar pelo nosso País, de tal forma que chegam a penalizar as gerações futuras ao afectarem as contas públicas».

«A luta contra evasão e a fraude fiscal é um desígnio dos trabalhadores dos impostos. É uma luta desigual, contra grandes empresas, como referiu recentemente o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais», argumenta.

O responsável do STI esclarece que «neste momento assiste-se a uma clara cruzada contra os funcionários do Fisco, como forma de impedir o seu trabalho. São “lobbies” perfeitamente identificados, que têm grande expressão pelos meios que detêm», acusa.

Tudo vale para não pagar impos-

tos, até colocar os trabalhadores dos impostos com um contrato individual de trabalho como meio de diminuir a sua capacidade na luta contra a evasão e a fraude fiscal.

Sobre a melhor forma possível de alterar a mentalidade fiscal em Portugal — nomeadamente nas empresas — em matéria de cumprimento, **Marcelo Castro** lembra a síntese feita pelo professor **Casalta Nabais**, em que este resumiu «essa necessidade com uma expressão brilhante: o dever fundamental de pagar impostos». «Não podemos ser complacentes com a fraude e a evasão fiscal, nem permitir que elas se tornem socialmente aceitáveis. A repressão destes comportamentos terá de ser cada vez mais rígida para que o crime não compense. Não é aceitável

que pessoas conhecidas por comportamentos sistematicamente fraudulentos possam num espaço de uma hora abrir 20 ou 30 novas empresas», critica, lembrando que segundo **March Bloch** «a última coisa a mudar é a mentalidade, esse é um desafio de uma sociedade do sul da Europa como a nossa».

Por fim, adianta que «os trabalhadores dos impostos estão na frente dessa luta, assumindo a sua missão para que Portugal seja um país fiscalmente mais justo».

«Temos a noção que é uma luta difícil, mas não abdicaremos dela, apesar de sofrermos sabotagens de onde menos esperamos, como a colocação do Fisco na situação desprotegida do contrato individual de trabalho», remata.